

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER,
REALIZADA NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

ATA Nº 031

PRESIDENTE - DEPUTADA VERINHA ARAÚJO

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Boa-tarde a todos e a todas!

Nós gostaríamos, em nome da Assembléia Legislativa, de declarar aberta esta Audiência Pública, requerida por mim, com o objetivo de debater a violência contra a mulher e, também, pela passagem do Dia Internacional de Luta pela não Violência contra a Mulher, que será amanhã.

Gostaria de convidar para compor a Mesa o Deputado Humberto Bosaipe e, também, as seguintes autoridades: Sr. Antônio Augusto de Carvalho, Secretário Adjunto de Saúde do Estado de Mato Grosso; Dr^a Carla Patrícia Teixeira Alves, Delegada de Polícia da Delegacia de Defesa da Mulher; a Professora Vera Bertolini, representando o NUEPOM; a Dr^a Sílvia Virgínia Biagi Ferrarri, Delegada de Defesa da Mulher; a Sr^a Tânia Regina de Matos, representando o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher; a Sr^a Priscila Batistuta Nóbrega, Psicóloga do Juizado Especial Criminal e do Hospital Universitário Júlio Muller; o Dr. Sebastião Freitas de Medeiros, Presidente da Sociedade Mato-grossense de Ginecologia e Obstetrícia de Mato Grosso.

E, também, gostaria que a Dr^a Valéria da Corte Rossi, Médica Legista do IML fizesse parte da Mesa.

Pedimos a todos e a todas que venham mais à frente para ficarem mais próximos. Convido a todos e a todas para em pé cantarmos o Hino Nacional Brasileiro.

(NESTE MOMENTO, É EXECUTADO O HINO NACIONAL BRASILEIRO.)

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Gostaria de citar a presença das seguintes pessoas: Débora Cristofoli, Assistente Social da Secretaria de Municipal de Saúde da cidade de Várzea Grande; Cleonice Campos, Assistente Social da PROSOL; Leda Gonçalves, Assistente Social da Secretaria de Saúde; Luiza Neves, Assistente Social do Juizado Especial Criminal; Nadir Maria Metzner, Assistente Social do Juizado Especial Criminal; Ana Squizzato, Assistente Social do Instituto Médico Legal; Cátia Aparecida, Assistente Social do Programa Sentinela, da Secretaria do Bem-Estar Social; Aldinéia Correa Guimarães, Técnica na área de saúde do Adolescente; Liliansa Delfino Furtado Leite, Fiscal do Conselho Regional de Serviço Social; Aldenan Lima Ribeiro, Professora da Faculdade de Enfermagem da UFMT; Edna Maria Gonçalves da Cruz, Assistente Social do Programa Sentinela, da Secretaria de Bem-Estar Social; Capitã Carla Metelo, da Secretaria de Segurança Pública; Wandriane de Moraes, técnica e enfermeira do SUS; Ivanildes Ferreira dos Santos, representando o Deputado Federal Carlos Abicalil; Ivone de Souza, convidada do bairro Industrial; agradecemos também a presença de alunas do Curso de Serviço Social da UFMT; Júlia Aparecida Leide, recepcionista do Posto de Saúde Dr. Fábio; Marley Antunes de Barros, investigadora da Polícia Civil; Dorvina Figueira, Coordenadora Estadual da DST Aids, da Secretaria de Estado de Saúde; Glória Maria, do Fórum de Articulação de Mulheres de Mato Grosso, Marley Carvalho Feitosa, Psicóloga da Secretaria de Estado de Saúde; Maria Aparecida Lima de Souza, Gerente do Núcleo da Juventude, representando o Presidente da

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, REALIZADA NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

PROSOL, Silvio Aparecido Fidélis; Kátia Regina Carvalho Moraes, da Casa de Amparo; Íris Neirreda Galhardo, da Polícia Judiciária Civil da Rede Cidadã; Marley Carvalho, Psicóloga da área técnica da Secretaria; Maria da Glória, Diretora de Assalariados da FETAGRI; Maria Divina Santana, Secretária de Políticas Sociais da FETAGRI; Leila Camargo de Figueiredo, Bacharel em Turismo; Maria Luiza Zamirato, Conselheira do Conselho dos Direitos da Mulher e Diretor do SINTEP; Miguelina Martinha, Coordenadora da Associação de Mulheres do Bairro Três Barras; Conceição Oliveira Sobrinho, Assessora Parlamentar representando a Senadora Serys Slhessarenko; Gleice Alves Ferreira, Policial Rodoviária Federal; e Carmem de Melo Castro, membro da Cáritas Diocesana.

Também quero aqui registrar a presença da Vereadora Enelinda Scala e convidá-la para compor a mesa conosco.

Nós gostaríamos de iniciar esta audiência pública, anunciando que amanhã, dia 25 de novembro, estará sendo lançada uma campanha internacional da não violência contra a mulher e essa campanha - tem cartazes aqui - será de 16 dias. Falaremos sobre ela rapidinho aqui.

Eu gostaria de agradecer a todas e a todos presentes, porque hoje, dia 24, é o dia que antecede o lançamento da campanha. Amanhã também tem uma programação e depois a professora Vera Bertolini falará sobre as nossas atividades amanhã.

Então, a Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres, que é uma Secretaria que foi criada no ano passado, com a posse do Presidente Lula, é vinculada ao Ministério da Justiça é uma das parceiras desta campanha que tem o nome “16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra as Mulheres”, que este ano tem como tema “Uma vida sem violência é um direito das mulheres”.

O objetivo dessa campanha é fortalecer a auto-estima da mulher como condição para o enfrentamento das situações de violência.

Integram a campanha sete órgãos governamentais, dezesseis Redes e Articulações Nacionais de Mulheres, três Redes Nacionais de Direitos Humanos, seis empresas estatais e três organismos das Nações Unidas.

A campanha é realizada internacionalmente desde 1991, em aproximadamente 130 países, para evidenciar que a violência contra as mulheres é uma violência contra os direitos humanos. A iniciativa é do Centro para a Liderança Global das Mulheres (*Center for Women's, Global Leadership*), e o slogan de 2004 é “Pela Saúde das Mulheres, pela saúde do mundo, basta de violência!”

A data de 25 de novembro, Dia Internacional da Não-Violência contra as Mulheres, marca o início da campanha. O encerramento será em 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos. Integram ainda o evento o dia 1º de dezembro, Dia Mundial de Combate a AIDS, e o dia 06 de dezembro, data do Massacre de Mulheres de Montreal, que fundamenta a Campanha Mundial do Laço Branco. A iniciativa brasileira foi ampliada de maneira a incluir o Dia Nacional da Consciência Negra, que celebramos agora no dia 20 de novembro último.

Os 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres têm sido utilizado como importante estratégia de pessoas, grupos e organizações para conscientização e sensibilização em âmbito local, regional, nacional e internacional sobre a questão. Pela primeira vez, no ano passado, a campanha aconteceu em âmbito nacional, com ampla articulação política e de mídia, incentivada por uma parceria das Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento (AGENDE), do Comitê Latino Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM/Brasil), da Bancada Feminina no Congresso Nacional e do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM).

Então, eu vou falar rapidinho dessas datas, das suas origens.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER,
REALIZADA NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

No dia 25 de novembro... Por que dia 25 de novembro? Porque esse dia é denominado Dia Internacional da Não-Violência contra as Mulheres. Esta data foi declarada como Dia Internacional no primeiro Encontro Feminista da América Latina e Caribe realizado na cidade de Bogotá, em 1981. É uma justa homenagem a Lãs Mariposas, condinome utilizado em atividades clandestinas pelas irmãs Mirabal, heroínas que ousaram se opor à ditadura de Rafael Leónidas Trujillo, na República Dominicana, uma das mais violentas da América Latina. Minerva, Pátria e Maria Tereza foram brutalmente assassinadas em 25 de novembro de 1960.

Em 1999, a Assembléia Geral da ONU proclamou esse dia, o dia 25 de novembro, como Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres e convidou os governos, as organizações internacionais e as organizações não-governamentais para promover atividades nesse dia para sensibilizar a opinião pública.

O dia 1º de dezembro que é um dia mundial também, Dia Internacional de Combate a AIDS, marca o começo de uma campanha anual para fortalecer o esforço global de enfrentamento à epidemia da AIDS e fomentar o desenvolvimento de programas de prevenção ao contágio e à disseminação da infecção do HIV.

Nós somos sabedores que infelizmente as mulheres têm sido as maiores vítimas da AIDS no Brasil, são as que têm tido o maior número de contaminação, justamente as mulheres.

A primeira campanha foi lançada em 1988, depois da Cúpula Mundial dos Ministros de Saúde, chamando a atenção para um espírito de tolerância social e uma maior troca de informação sobre HIV/AIDS.

O 06 de dezembro também faz parte dessa campanha dos 16 dias, lembra o Massacre de Mulheres de Montreal.

06 de dezembro - Massacre de Mulheres de Montreal: nesta data, um estudante entrou armado na escola politécnica da Universidade de Montreal e começou a disparar gritando que queria “apenas as mulheres”, as “feministas”. As 14 estudantes assassinadas tornaram-se símbolo da injustiça praticada contra as mulheres. Este dia inspirou a criação da Campanha do Laço Branco, que tem por objetivo sensibilizar, envolver e mobilizar os homens no engajamento pelo fim da violência contra as mulheres.

10 de dezembro - Dia Internacional dos Direitos Humanos: a data celebra a adoção em 1948, pela Organização das Nações Unidas (ONU), da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), código ético e político do século XX, voltado à proteção dos direitos fundamentais. A Declaração nasce em resposta à barbárie praticada pelo nazismo aos judeus, comunistas e ciganos e, ainda, às bombas atômicas lançadas pelos Estados Unidos sobre Hiroshima e Nagasaki, matando milhares de inocentes.

Então, esta audiência pública vai tratar da Campanha que será lançada amanhã, às 08:45 horas, em Brasília. Nós estaremos transmitindo pela TV Assembléia, no INTERLEGIS, a partir das 07:45 horas, horário local do lançamento da Campanha. Também terá uma atividade em Mato Grosso, Cuiabá que, depois, a Professora Vera Bertolini falará. Também amanhã, nesse mesmo lançamento, estarão sendo disponibilizados às cinquenta delegacias que recebem as denúncias, às Delegacias de Defesa da Mulher, cinquenta delegacias do país todo estarão recebendo vários equipamentos. Em Mato Grosso é a cidade de Barra do Garças que vai receber uma série de equipamentos.

Depois a nossa delegada vai falar se Cuiabá foi integrada, por que não, se já está com esse equipamento, até porque mais cento e cinquenta estarão sendo contempladas até o ano de 2005.

Nós temos à Mesa várias autoridades. São assistentes sociais, psicólogas, pessoas da área jurídica, que trabalham em Mato Grosso. Elas estão se articulando em uma rede, depois nos

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER,
REALIZADA NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

falarão sobre isso, nesse trabalho de proteção às mulheres, de amparo às mulheres vítimas de violência. Hoje, os jornais trazem que Mato Grosso, infelizmente, integra o terceiro Estado mais violento do País, que mais tem produzido violência contra a mulher, inclusive contra as mulheres jovens.

Então, eu acredito que esta audiência pública tem como objetivo trabalhar a questão da campanha, ajudar a fomentar a campanha e também, para a Assembléia Legislativa, nós que aqui temos trabalhado uma série de projetos que infelizmente têm sido vetados pelo Governador do Estado, trabalhar contra essa maré. Não só os nossos projetos são vetados, como é uma luta muito grande, e depois vamos falar sobre isso, no sentido de que nós tenhamos no Estado de Mato Grosso uma secretaria, como temos em nível nacional, de políticas públicas voltadas à mulher, como uma coordenadoria, que, infelizmente, até agora não aconteceu e que poderia contribuir bastante para articularmos toda essa rede.

Então, agora, eu vou passar a palavra à professora Vera Bertolini.

Eu gostaria que as nossas companheiras que compõem a Mesa, que são parceiras, depois pudessem se pronunciar, falar dos seus trabalhos, das dificuldades que têm encontrado no dia-a-dia, para que as companheiras que estão aqui no auditório possam ter essas informações e como que nós, lá onde moramos, podemos integrar essa rede para contribuirmos com várias mulheres que têm sido vítimas de violência e que, muitas vezes, não conseguem alcançar o serviço. Então, é este o objetivo da nossa audiência pública. Eu gostaria que aqueles e aquelas que queiram utilizar a palavra solicitem ao Cerimonial.

Esta é uma audiência pública que não tem formalidade, é no sentido de fazermos uma tarde de debates que antecede ao lançamento da campanha no dia de amanhã.

Passo a palavra à professora Vera Bertolini.

Antes, Vera, eu gostaria de pedir licença e convidar para fazer parte da Mesa o Deputado Ságuas e anunciar a presença da Sr^a Maria Aparecida Cortez, Vice-Presidente do SINTEP, e da Sr^a Maria Aparecida de Amorim Fernandez, Conselheira do Conselho Regional de Psicologia.

A SR^a VERA BERTOLINI - Eu começo a minha fala cumprimentando a Deputada Verinha Araújo, nossa companheira nessa batalha histórica no Estado de Mato Grosso, em várias frentes; a Vereadora Enelinda Scala; as duas Delegadas, Silvia Virgínia e Carla; a vice-Presidente do Conselho Estadual do Conselho da Mulher, Dr^a Tânia, representando, hoje, a Presidente do Conselho; o Dr. Sebastião; o Dr. Guto; e também a plenária que está aqui.

Cá estamos nós de novo. Eu acho que é importante reunirmos para avaliarmos um pouco as nossas atividades para que elas não sejam confundidas com ativismos, ativismos vãos.

E acho que nós temos uma história, enquanto mulheres mato-grossenses, enquanto alguns poucos homens que já aderiram as nossas lutas e muitos que já estão também sendo sensibilizados e entendendo que é só na união que vamos conseguir enfrentar esse problema que é tão sério no nosso Estado e que nos entregam como troféu o terceiro lugar de Estado mais violento para com as suas mulheres no país, perdendo somente para Pernambuco e Espírito Santo. As mulheres mato-grossenses são assassinadas brutalmente, e isso faz com que o Estado esteja no terceiro lugar, dentro do nosso país.

Antes de aprofundar um pouco mais sobre isso, eu gostaria de deixar a mensagem da Professora Madalena Rodrigues, que é quem coordena o Núcleo de Estudo, Pesquisa e Organização da Mulher, que é o ponto focal da rede mulher de educação, uma organização não governamental que está num projeto grandioso de mobilização para a criação de redes de enfrentamento à violência contra a mulher no Brasil, com capacitação de recursos humanos, com realização de oficinas. A professora Madalena, afastada, ela foi submetida a uma cirurgia e está em

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER,
REALIZADA NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

recuperação, mas é uma das nossas expoentes no processo organizativo e de luta pelo fim da violência contra a mulher e também pelo estímulo ao nosso processo organizativo.

Enquanto ponto focal da Rede Mulher de Educação, o NUEPON tem estado envolvido em várias ações, não só em Cuiabá, mas no Estado de Mato Grosso. O NUEPON tem acento no Conselho Estadual dos Direitos da Mulher e tem contribuído com a produção de trabalhos acadêmicos que dão visibilidade e, inclusive, municiam as nossas lutas nos mais diversos lugares.

Temos um estágio na Delegacia de Defesa da Mulher, estamos já, para o próximo ano, assinando um convênio com o JECRIM - Juizado Especial Criminal, também vamos estar lá; e estamos inseridas em vários bairros em Cuiabá, também nessa luta pelo fim da violência e organizando o processo organizativo das mulheres.

Falar de violência contra a mulher e falar desse 25 de novembro - a Deputada Verinha Araújo já fez uma retrospectiva - é necessariamente refletir sobre as nossas ações, ações que vinham andando, vinham sendo construídas isoladas. E, de uma forma bastante salutar, temos conseguido estabelecer um “linhame” entre as organizações da sociedade civil e as secretarias de governo do Estado e as secretarias municipais.

De uma forma bastante salutar, a rede de atenção à mulher envolvida em situação de violência fomentou esse tipo de aproximação. Por quê? Por mais que nós vimos, na nossa luta, denunciando práticas equivocadas de atendimento à mulher, a ausência ou inação do Estado diante de uma questão tão séria, ainda continuávamos distantes nas nossas ações. E, ao falarmos da necessidade de criar esse “linhame” mesmo, para que pudessemos criar um padrão de atendimento mais homogêneo, onde as mulheres pudessem se sentir mais acolhidas e menos discriminadas dentro dos diversos espaços - que espaços eu falo? -, de uma forma inédita, nós estamos também, neste momento, fazendo articulação com a Polícia Militar e com a Polícia Civil. Fazíamos com a Polícia Civil, via Delegacia da Mulher, o que não é novidade. Conseguimos trazer, como parceiro na nossa luta, o Diretor da Polícia Civil, Dr. Romel, que tem se dedicado a apadrinhar as nossas ações e a dar uma atenção bastante diferenciada às delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher no Estado de Mato Grosso.

Conseguimos, de uma forma inédita, também, adentrar nos quartéis da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso para discutir violência contra a mulher. Isso também é fruto de um envolvimento, de uma sensibilização das lideranças que estão atuando na Polícia Militar. Temos a Major Zózima como uma das pessoas que se aproximou significativamente das nossas discussões e tem, então, nos ajudado a entrar para fazer essa discussão com os policiais e as polícias militares.

Por quê? Porque exatamente há um espaço. A polícia militar, pela sua própria história, é um espaço de poder extremamente autoritário e é opaco e é reprodutora de preconceitos de raça, etnia, de gênero, inclusive de classe social. E estamos conseguindo discutir isso com o Comando-Geral, com os comandos das respectivas unidades e temos tido uma receptividade bastante importante.

Acho que tivemos um momento em que precisamos cortar na nossa própria carne - acho que esse é o sentido de fazermos as nossas auto-reflexões, as nossas auto-avaliações do ponto de vista institucional para que pudessemos avançar. E digo sem medo de exagerar. Acho que nós entramos numa rota, agora, de avanços importantes, porque conseguimos homogeneizar as nossas lutas, as nossas falas e nossos requerimentos. À medida que nos articulamos, representantes do Estado e representantes da sociedade civil, amadurecemos e nos fortalecemos.

Prova disso são as atividades que já estão sendo realizadas. São os processos de capacitação que também, ineditamente, a Delegacia da Mulher promoveu o seu primeiro seminário, depois de dezoito anos de Delegacia da Mulher em Cuiabá. Um seminário altamente qualificado, muito importante, que também fez sua alta avaliação institucional, que soube com bastante

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER,
REALIZADA NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

maturidade e serenidade aceitar as críticas que foram feitas nesse momento e aceitar novos rumos. Eu acho que é isso que nos qualifica nessa luta.

Estamos numa situação tremenda, do ponto de vista, das práticas e das reproduções de violência contra a mulher no Estado de Mato Grosso. Eu quero repetir que Mato Grosso é o terceiro Estado brasileiro em mortes violentas, em mortes não naturais de mulheres, e isso é grave. Grave porque nós estamos ainda começando um processo de definição de uma política pública que, efetivamente, enfrente essa situação.

Nesse sentido dessas articulações, temos, já funcionando e bastante articulado, o FAMMT-Fórum de Articulação de Mulheres do Estado de Mato Grosso. Ele é composto por algumas organizações da sociedade civil. Também temos conseguido de uma forma bastante serena trazer para esse Fórum as representações de instituições estatais públicas que discutem e que estão envolvidas com a questão da violência contra a mulher.

Quem compõe o FAMMT? A Associação de Mulheres do Estado de Mato Grosso, o Centro de Direitos Humanos de Várzea Grande, o Grupo Essência, o Centro de Direitos Humanos Henrique Trindade, a Comissão Pastoral da Terra-CPT, a CUT-Central Única dos Trabalhadores, a Escola de Formação para Cidadania, as Irmãs da Divina Providência, a Pastoral do Migrante, o Sindicato dos Bancários, o SINTRAE-Sindicato dos Trabalhadores de Escolas Particulares, o NUEPOM da UFMT, o Grupo de Saúde Popular-GSP, o Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Mato Grosso, a Secretaria de Mulheres do PT de Mato Grosso, o Centro Popular Docelina Fonlador, o SINE, a Secretaria de Mulheres da FETAGRI, a BPW Cuiabá, o Gabinete do Deputado Federal Carlos Abicalil, o Gabinete do Deputado Estadual Ságua e o Gabinete da Deputada Estadual Verinha Araújo.

Então, através desse Fórum e, também, das discussões e aproximação com a Secretaria Estadual de Saúde, com a Secretaria de Segurança e Justiça, com a Secretaria de Educação e com outras Secretarias, conseguimos elaborar o segundo documento que será protocolizado no dia de amanhã junto ao Governo do Estado de Mato Grosso.

Lamentavelmente - e aí é importante nós, também, termos serenidade à crítica, ao fazermos essa crítica -, nós temos tido dificuldade de diálogo com o Governo do Estado. Nós entregamos, no dia 25 de novembro do ano passado, um documento fazendo um diagnóstico da realidade das mulheres em Mato Grosso e peticionamos, também, uma série de questões afetas não só à situação de violência contra a mulher, mas, mais ampla, envolvendo outras áreas. Não fomos recebidas no dia 25 de novembro de 2003. Marcamos uma reunião com o Governador para o dia 08 de março de 2004. Cobramos o documento e a resposta do documento entregue no ano de 2003, mas ele não tinha recebido esse documento. Segundo ele, desconhecia-o. Entregamos uma cópia, novamente, ao Governador, com protocolo, inclusive, do ano de 2003, e ele nos pediu um prazo de trinta dias para se manifestar. Não se manifestou até a presente data. Então, nós decidimos elaborar outro documento, desta vez pontual, com relação às questões da violência.

Eu vou pedir permissão para fazer a leitura, porque é um documento que fala do nosso cotidiano, das nossas dificuldades e quais são os nossos requerimentos, neste momento.

Não conseguimos, apesar de termos solicitado, através do Gabinete da Senadora Serys, que ela intermediasse uma audiência com o Governador para amanhã. Inclusive, está no nosso programa oficial que seria às 17:00 horas. Pedimos, também, ao Gabinete do Deputado Ságua que ajudasse a intermediar, mas, lamentavelmente, não obtivemos êxito.

Então, esse documento, independente de ser entregue pessoalmente ao Governador amanhã, será protocolizado na Casa Civil.

“Cuiabá, 25 de novembro de 2004.

Excelentíssimo Senhor Blairo Maggi

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER,
REALIZADA NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

Governador do Estado de Mato Grosso.

Dirigimo-nos a Vossa Excelência a fim de expormos o que segue abaixo, cujo enfoque principal envolverá as questões decorrentes da violência contra as mulheres no Estado de Mato Grosso.

A violência contra a mulher é uma questão que há muito deixou de ser vista e tratada como do âmbito privado, assumindo o caráter de política pública. Dessa forma, deve ser enfrentada de forma especial pelo Estado, bem como pela sociedade civil através de suas organizações.

Por tratar-se de um fenômeno mundial, as inúmeras organizações internacionais, nacionais e locais de mulheres têm se mobilizado, no sentido de dar visibilidade e assegurar medidas e ações protetivas que garantam a integridade física, emocional e sexual das mulheres envolvidas em situações de violência.

É importante lembrar que o Brasil participou e ratificou os inúmeros Tratados, Declarações, Pactos e Convenções Internacionais de Proteção aos Direitos Humanos, em especial: Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948); Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial (1968); Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as mulheres (1994); Declaração sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher (1993); Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará - 1995); e a IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing - 1995).

Em decorrência das inúmeras questões que envolvem a mulher brasileira, desde a precariedade de atendimento na área da saúde sexual e reprodutiva, da segurança, da educação, cultura e lazer, geração de emprego e renda, dentre outras, o Presidente da República criou a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e também decretou o ano de 2004 como o Ano Nacional da Mulher, de forma a inserir no processo de discussão e encaminhamentos, através da definição de políticas públicas, questões afetas a situações da mulher brasileira.

A mulheres mato-grossenses não estão alheias a esse processo!

Desde a década de 1970, as mulheres mato-grossenses vêm se articulando, ainda que sem a devida visibilidade, porém com firmeza, persistência e clareza de propósitos. O resultado desse processo pode ser visto com a realização das Conferências Municipais, em que atingimos 30% dos municípios em nosso Estado e, ainda, com a realização da I Conferência de Políticas para mulheres em Mato Grosso, no período de 27 a 29 de maio de 2004, quando foi feito um diagnóstico da nossa realidade, bem como a definição, na medida das nossas necessidades, daquilo que consideramos prioritário para enfrentar e resolver os principais problemas que nos afligem diretamente, em especial, a situação de violência.

Também, nessa mesma direção, esforços vêm sendo despendidos através de articulações altamente profícuas das instituições governamentais e das diversas organizações das mulheres mato-grossenses vinculadas a associações, conselhos, fóruns, núcleos, etc. Podemos destacar a realização da Oficina de Capacitação de Profissionais para a Formação da Rede de Atenção Integral às Mulheres em Situação de Violência; I Seminário da Polícia Judiciária Civil/MT sobre Violência contra a Mulher; I Seminário Estadual sobre Atenção às Mulheres em Situação de Violência, dentre outras atividades que contribuíram para retratar fielmente a trágica realidade da violência contra a mulher em Mato Grosso.

As três únicas Delegacias Especializadas de Defesa da Mulher (Cuiabá, Rondonópolis e Barra do Garças) contam com mais de doze anos de implantação e continuam atendendo em condições bastante precarizadas, em média, 15 ocorrências/dia.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER,
REALIZADA NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

Mato Grosso é o terceiro Estado brasileiro com maior índice de mortes violentas entre mulheres de 15 a 24 anos, perdendo apenas para o Espírito Santo e Pernambuco.

Os crimes de homicídio são a principal causa de morte (não natural) das mulheres em nosso Estado, cujo autor é alguém do convívio afetivo da mulher.

Os crimes sexuais têm sido registrados em escala ascendente, de forma preocupante, sem, no entanto, termos recursos institucionais e humanos para um atendimento eficiente e menos traumático para as vítimas.

Dos atendimentos realizados pelo Núcleo Psicossocial Forense - NUPS, em Cuiabá, 58,3% correspondem à violência doméstica contra a mulher.

Muito embora os dados estatísticos não respondam à realidade da violência contra a mulher em nosso Estado, pelo fato de que a maioria das mulheres não registra, em decorrência de inúmeros fatores, tais como: medo, descrença nas instituições, etc, tal realidade tem sido evidenciada em decorrência do processo de articulação já mencionado. Podemos afirmar que esta situação vem se agravando pela ausência e/ou insuficiência de políticas públicas que priorizem as ações de atenção e enfrentamento da violência contra a mulher nas suas diversas configurações.

Diante desse quadro, alguns serviços começaram a se articular, visando otimizar os espaços e ações já existentes, de forma a melhorar o atendimento à mulher em situação de violência. Dessa aproximação das instituições prestadoras de atendimento, surgiu a necessidade de criação de uma Rede de Atenção Integral a Mulher em situação de Violência, cujo projeto encontra-se em anexo.

Dada a urgência de medidas para superar tais dificuldades, reiteramos as solicitações formuladas em documento entregue a Vossa Excelência em 24/11/03, reencaminhado e entregue em 08/03/04, porém, sem resposta até a presente data, bem como encaminhar as reivindicações a seguir:

- criar um organismo institucional vinculado ao gabinete do Governador, visando tratar da polícia de valorização da mulher em Mato Grosso;
- oficializar a Rede de Atenção Integral à Mulher em situação de violência no Estado de Mato Grosso;
- criar Centros de Referência para o Atendimento à Mulher em Situação de Violência;
- ampliar o número de Delegacias Especializadas de Defesa da Mulher através da criação de Delegacias Regionais e melhorar as condições daquelas já existentes, tanto nas suas estruturas físicas, de equipamentos e recurso humanos;
- incluir nos quadros das Delegacias Especializadas de Defesa da Mulher equipe para atendimento psicossocial;
- criar na estrutura da Defensoria Pública um serviço específico para atendimento a mulher;
- garantir recursos para disponibilizar permanentemente os medicamentos para anticoncepção de emergência e para profilaxia de doenças decorrentes da violência sexual;
- ampliar os serviços para realização de aborto, conforme previsto em lei, para os casos de gravidez decorrentes de estupro, bem como o atendimento às mulheres em situação de violência, nos hospitais regionais;
- garantir recursos para capacitação continuada de profissionais envolvidos no atendimento das mulheres em situação de violência;
- criar um serviço Disque-Denúncia (0800) para atendimento e orientação aos casos que envolvam a mulher em situação de violência;

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER,
REALIZADA NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

- disponibilizar recursos para estruturação e manutenção de Casas Abrigos em Mato Grosso.

Diante do exposto e por acreditarmos que Vossa Excelência, como dirigente político do nosso Estado prima pela defesa dos direitos humanos da nossa população, esperamos contar com seu irrestrito apoio para efetivação das medidas apontadas.

Atenciosamente, assinam as entidades que compõem o Fórum.

Eu entrego à Deputada Verinha Araújo, que preside esta audiência pública, este documento e solicito, em nome do Fórum de Articulação de Mulheres, esforços no sentido de viabilizar junto ao Governador, na medida do tempo do Governador e na medida da nossa pressa, uma discussão mais amíúde a respeito deste documento. Muito obrigada. (PALMAS).

A SR. PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Comprometo-me que todos os Deputados receberão a cópia deste documento que será entregue ao Governador. Inclusive vou recolher um abaixo-assinado daqueles que apóiam essas recomendações. Comprometo-me, hoje, inclusive na audiência de hoje para amanhã.

Gostaria de passar a palavra, são três minutos, até para que dinamizemos nossa audiência pública e ouçamos as pessoas do auditório também.

Vamos conceder três minutos. Temos aqui seis pessoas da Mesa inscritas. Vou passar primeiro para a Vereadora Enelinda Scala que tem um compromisso. A senhora dispõe de três minutos, Vereadora.

A SR^a ENELINDA SCALA - Boa-tarde a todas e a todos, a esta Mesa composta de tantos amigos queridos, pessoas que lutam nesta causa.

Cumprimento todos na pessoa da Deputada Verinha Araújo que preside esta audiência pública, até porque não quero esquecer o nome de ninguém. Como eu gosto de todos, todos são cumprimentados na pessoa da nossa Deputada Verinha Araújo. Cumprimento todos que estão aqui, nesta tarde, refletindo sobre essa questão tão dura, que é a questão da violência, do combate à violência contra a mulher.

Eu acho que a Vera e a outra minha companheira Vera que me antecedeu, colocou com muita clareza toda essa luta, uma luta, assim, renhida, eu diria. Mas eu pedi a palavra porque eu quero também trazer para este grupo de homens e mulheres que aqui estão a violência que a mulher sofre. Não é só violência física, mas há violência quando ela sofre, quando não tem possibilidades, condições sociais e políticas para que ela possa desabrochar, para que ela possa se aprofundar, fazer crescer sua cidadania em toda sua plenitude. Quando não temos políticas públicas para que nossas mulheres possam trabalhar, estudar, ir para o sindicato, para a associação de moradores, enfim, participar plenamente da vida da sociedade, isto é uma violência contra a mulher.

Nós sabemos... Gostaria até que os representantes tanto do Município como do Estado, porque hoje uma das questões que dificultam muito as nossas mulheres de trabalhar é a falta de creche, até creches que estejam permanentemente funcionando, que vão até no sábado, enfim. Temos muitas trabalhadoras que trabalham em horários dos mais diversos, à noite, no sábado, dão plantões em seus trabalhos aos domingos e não têm a creche. Esse é um ponto.

Mas eu quero abordar a questão política. E acho, Deputada Verinha Araújo, doutoras, delegadas, que estão aqui e todas as minhas companheiras, que um dos temas que precisa ser abordado nessa questão da luta da mulher para ocupar seu espaço, da não violência, é cultural, profundamente cultural.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Vossa Excelência dispõe de um minuto, vereadora.

A SR^a ENELINDA SCALA - Eu vou terminar.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER,
REALIZADA NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

Então, nós sabemos que a estatística está mostrando que onde as mulheres participam ativamente, como na Finlândia e em outros países, no poder, mesmo, no poder político, a corrupção é bem menor do que em qualquer outro canto.

Nós tivemos, outro dia, uma conferência aqui, comandada pela Senadora Serys, lá em Brasília, que mostrou como as mulheres em todo Brasil diminuíram sua participação política, tanto como vereadoras, como prefeitas, nesse Brasil afora. E aqui nós perdemos. Nós éramos quatro mulheres na Câmara e hoje somos duas.

E o que quero trazer, como a questão cultural é tão profunda, que nós, no decorrer do processo, tivemos companheiras altamente politizadas, do movimento de mulheres, que não encontraram nesse processo eleitoral de Cuiabá nenhuma mulher candidata com o perfil que lhes preenchesse. Então, isso é algo, de todos os Partidos, de todas as mulheres que foram colocadas, todas as mulheres apresentadas não tinham o perfil para essas companheiras altamente politizadas e feministas, vamos dizer assim.

Então, nós não estamos aqui criticando a opção das companheiras. Não! Nós compreendemos que isso é algo cultural, profundo, das profundezas da alma, e que, além do político, a questão cultural é muito forte. Não é uma crítica. Pelo contrário, é um respeito que tenho a todas essas companheiras, com todo carinho, mas é uma questão cultural e como preconceito entre nós mesmos, entre nós mesmas. É um dos temas que mais temos que trabalhar. É o preconceito que nós, mulheres, temos contra nós mesmas, que é uma violência que trazemos dentro de nós. É um tema para reflexão. Não é um desabafo. Nem porque a vereadora Enelinda não foi reeleita. É algo que eu acho que tem que ser discutido e refletido por todas nós. Muito obrigada (PALMAS).

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Obrigada, Vereadora Enelinda.

Gostaria de citar, ainda, a presença da Dr^a Miedir Santana, Coordenadora da Casa de Amparo para Mulheres Vítimas de Violência; da Ruth Uchoa, Presidente da Associação de Mulheres do CPA; e também, com muito prazer, a presença de um amigo, o Dr. Naldson Ramos, Coordenador do Núcleo Interinstitucional de Estudos de Violência da Cidadania da UFMT. Seja bem-vindo Naldson!

Passo a palavra a Tânia Regina de Matos, Defensora Pública, representando o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, que dispõe de três minutos.

A SR^a TÂNIA REGINA DE MATOS - Boa-tarde a todos, à plenária, aos componentes da Mesa. Cumprimento a todos na pessoa da Deputada Verinha Araújo; cumprimento também o Deputado Ságuas.

Primeiro, eu quero parabenizar a Deputada Verinha Araújo por essa iniciativa. E vou tentar falar tudo que tenho para falar em três minutos.

Bom, o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher visa reduzir as desigualdades entre homens e mulheres, através de elaboração de políticas públicas.

Eu tive a honra de ser indicada pelo meu Chefe para representar a Defensoria Pública no Conselho. A Defensoria Pública tem assento no Conselho Estadual dos Direitos da Mulher. Então, eu tenho essa honra e me sinto muito feliz de participar desse Conselho, principalmente agora, tendo a Professora Vera na Presidência do Conselho.

Então, é importante dizer sobre a organização das mulheres. O Conselho é um espaço que foi conquistado através de muita luta. Este Conselho, o Conselho da Mulher, foi conquistado através de luta. E nós não podemos perder esse espaço.

Mais precisamente no mês de outubro, as Conselheiras se reuniram e fizeram um plano de trabalho e ação para os próximos quatro anos. No ano que vem, nós teremos algumas atividades, dentre elas: audiências com o Governador - não está no nosso plano, não sabemos se vamos conseguir ou não - palestras em escolas, enfim, uma série de atividades.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER,
REALIZADA NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

Não posso deixar de falar sobre o Dia Mundial da Não Violência Contra a Mulher. Essa comemoração é importante para que nós mulheres mostremos a nossa força, a nossa capacidade de organização e, sobretudo, de mobilização.

Eu li, há poucos dias, uma matéria, não me recordo se na *Folha do Estado* ou se no *A Gazeta*, um desafio, lançaram um desafio a nós mulheres de qual seria a nossa capacidade de mobilização nesse dia 25 de novembro. Então, temos que mostrar qual a nossa capacidade. Vamos participar da caminhada amanhã, vamos participar de todas as atividades programadas - vocês já devem ter recebido - e conclamo a todas a participar disso.

Sobre o tráfico de mulheres, eu quero falar que vi no jornal apresentado pelo Boris Casoy, no dia do lançamento do Programa de Combate ao Tráfico de Seres Humanos, que Cáceres é a terceira cidade do País que mais exporta mulheres para a prostituição.

Eu fiquei abismada com isso. Eu não tinha noção de que isso pudesse acontecer em Mato Grosso.

E, na *Consulex* do mês de maio, li uma matéria que informa que Mato Grosso é o campeão em números de denúncia de prostituição infantil. Esse dado foi obtido durante a CPMI da Prostituição Infantil...

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Esteve aqui.

A SR^a TÂNIA REGINA DE MATOS - Exatamente.

Então, temos que inserir essa discussão, prostituição infantil, dentro do tema violência contra a mulher. Por quê? Porque a pessoa que mantém conjunção carnal com uma adolescente, com uma mulher menor de 14 anos, essa pessoa comete crime, chama-se estupro. Portanto, temos que inserir isso no nosso debate.

Não posso deixar de falar, permita-me, Deputada, sobre a Defensoria Pública, que é o órgão onde trabalho, que está sendo bastante cobrado, inclusive na participação da Rede para participar nesse atendimento da Rede.

Em 1990, o ex-Governador Jaime Campos criou a Defensoria Pública, entretanto, ela só foi instalada em 1999, pelo então Governador Dante de Oliveira, com apenas 35 Defensores Públicos. E agora, no Governo atual, nós temos 75 Defensores. Esse é um número que atende a capacidade de 50%. Nós temos 140 vagas de Defensores Públicos e temos apenas 75 Defensores Públicos para atender toda a população em Mato Grosso.

No jornal, de ontem, *Folha do Estado*, estava que um milhão de pessoas deixam de ser atendidas pela Defensoria Pública. E, hoje, também na *Folha do Estado*, o Presidente Faiad, da OAB, fala que vai cobrar do Governador a realização de concurso público imediatamente para a Defensoria Pública, porque não é possível num Estado, como Mato Grosso que tem um potencial de dois milhões de habitantes que precisam desse serviço da Defensoria Pública, ter apenas setenta e cinco Defensores Públicos.

Então, é uma dificuldade. Existe déficit de Defensores Públicos. Há uma dificuldade para estarmos participando da rede, mas nem por isso deixaremos de estar contribuindo nesse programa, nesta iniciativa.

Gostaria, Deputada, que Vossa Excelência reforçasse essa participação da Defensoria Pública junto ao Defensor Geral. Eu me disponho, fico à disposição para ajudar no que for preciso. Muito obrigada pela atenção (PALMAS).

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Só para dizer para você que já lançamos um desafio aqui, Tânia, que é o de um defensor, no mínimo, para cada município de Mato Grosso. Temos cento e quarenta e dois municípios. Então, no mínimo... Nós que andamos nesse interior aí sabemos que tem município que não tem nada de direito de cidadania sendo defendido, sem a população ser assistida. Então, eu acho que deveríamos estar trabalhando numa campanha

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER,
REALIZADA NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

nesse sentido. Um defensor para cada município, no mínimo, para o Estado de Mato Grosso. E, aí, com certeza ampliando, porque temos municípios maiores, e essa luta tem que ser nossa.
(ALGUÉM FALA DA PLATÉIA - INAUDÍVEL.)

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Só tem cento e quarenta e oito delegados, vemos a diferença. Bastante diferenciado, o que é insuficiente também.

Passo agora a palavra para a Priscila, que é psicóloga do Juizado Especial Criminal e do Hospital Universitário Júlio Muller.

A SR^a PRISCILA - Boa-tarde a todos e a todas.

Gostaria de cumprimentar a todos da Mesa na figura da Deputada Verinha Araújo.

Como ela falou, estou no Juizado Especial Criminal e no Hospital Universitário Júlio Muller.

Como a questão da violência não é uma questão única da segurança ou da saúde - ela é multisetorial e envolve vários aspectos -, e nós trabalhando na parte jurídica do atendimento do juizado, observamos como é difícil para as mulheres também buscarem esse recurso, denunciarem no processo.

O Juizado Especial Criminal foi criado com o objetivo de julgar os crimes de menor potencial ofensivo. Aqui em Cuiabá, desde 2002, tem o Núcleo Psicossocial Forense que é composto por psicólogos e assistentes sociais que atendem os casos que são encaminhados depois das audiências. O objetivo desse trabalho é porque a violência doméstica, a maioria os crimes de ameaça, lesão corporal leve e vias de fato eram encaminhados para o Juizado Especial, crimes de pequeno potencial ofensivo. Então, eram penas alternativas.

Nós observamos que se criou uma banalização da violência. O agressor agredia, ia para uma audiência, aí ficava estabelecido que ele tinha que pagar uma cesta básica, que essa seria a pena dele em função dele ter praticado uma violência. O que era observado é que essa violência não se rompia: uma denúncia, duas denúncias, três denúncias e cada vez mais reincidentes.

Então, o Dr. Mário Kono que, infelizmente, hoje, não pode estar presente, mas está mobilizado nessa campanha, não mediu esforços para estar articulando e integrando a rede de atenção. Ele criou esse núcleo com o objetivo de estar trabalhando os casos de violências, de estar atendendo as vítimas e também os agressores. Nós funcionamos há dois anos. Temos, atualmente, mais de dois mil casos que acompanhamos. Até outubro eram dois mil e sessenta e cinco casos que foram acompanhados pelo Núcleo Psicossocial Forense. Dentre esses casos, são vários crimes de pequeno potencial ofensivo. Nós observamos que 21% são com relação a porte de entorpecente; 56,85% envolvem os crimes relacionados à violência doméstica; e o restante é referente a outros crimes. O que nós observamos é que é muito importante esse trabalho, porque a vítima está fragilizada. Às vezes, nem sempre, a violência física é a marca, mas a violência social, principalmente, a violência psicológica. Na vida doméstica nós sabemos que as conseqüências da violência psicológica são as piores. E isso afeta milhares de mulheres. No Núcleo nós temos esse trabalho. Nós realizamos grupos com as mulheres e, também, com os agressores. Isso é muito importante, porque, a partir do momento que as mulheres são atendidas, recebem orientação e são acompanhadas, começam a perceber, a buscar mais esse recurso, a buscar mais ajuda. E os agressores, também, são trabalhados no sentido de tentar identificar quais são as causas dessa violência. Nós sabemos que não é o alcoolismo, não é o desemprego, não é uma questão social, mas, sim, uma questão de gênero. Então, é muito importante trabalhar isso e, principalmente, as mulheres terem essa clareza do seu papel, da sua função e dos seus direitos.

No Hospital Júlio Muller, eu fui cedida pela Secretaria de Saúde, para integrar a equipe de atendimento às vítimas de violência sexual. Nós estamos há um ano no Hospital realizando esse trabalho de acompanhamento psicológico das vítimas de violência sexual, e o que

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER,
REALIZADA NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

observamos - estou com dados aqui - é que no ano passado foram quarenta e sete casos de violência sexual atendidos no Hospital Júlio Müller. Neste ano, até ontem, foram sessenta e um casos. Aí as pessoas falam: “então a violência aumentou!” Não, a violência não aumentou. As denúncias e a procura por ajuda é que estão aumentando.

Então, a partir do momento que a violência passa a ser encarada como uma questão pública, de caráter público, dando a devida visibilidade, as mulheres, as vítimas, vão procurar ajudar, vão buscar os recursos.

O Dr. Sebastião, também, está aqui presente. Ele tem uma luta no hospital. Desde 2001, ele é referência no atendimento às vítimas de violência sexual. Depois ele falará sobre esse atendimento mais específico.

Eu gostaria de agradecer e dizer que o Juizado Especial Criminal está aberto a todas as pessoas que, de repente, não têm essa informação. A Delegacia sempre nos encaminha os casos, mas, às vezes, acontecem casos de pessoas que vão à Promotoria buscar ajuda. Era isso (PALMAS).

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Eu vou passar a palavra, agora, a Sr^a Carla Patrícia Teixeira Alves, Delegada de Polícia de Defesa da Mulher.

A SR^a CARLA PÁTRÍCIA - Gostaria de saudar a Mesa na pessoa da Presidente, Deputada Verinha Araújo.

Boa-tarde a todos e a todas as presentes aqui, de acordo com a solicitação da Senadora Serys Slhessarenko, lá na Câmara, que agora nós temos que falar todos e todas as pessoas.

Já foi amplamente falado sobre a história de violência sobre a mulher, é milenar, e, no Brasil, os movimentos sociais, a partir de 80, conseguiram, em 85, criar a Delegacia de Defesa da Mulher. Então, faz 19 anos que estamos nessa luta, desde 85. A Delegacia da Defesa da Mulher, de Cuiabá, há 18 anos que estamos nessa luta.

A Delegacia continua sendo a única política pública, que é micro, de embate realmente à questão, de enfrentamento à questão de violência doméstica ou violência contra a mulher.

Eu falo que nós estamos num momento histórico. Isto aqui, para mim, é um momento histórico, porque eu vejo aqui sentado: nós somos do IML, o juizado, a Casa de Amparo, a Secretaria de Saúde, órgãos e municípios, Programa Sentinela, que estou vendo aqui, da Criança e do Adolescente, isso que é importante.

Nós não podemos apenas, um dia, estarmos reunidos, conclamando, reivindicando e tendo a imprensa do nosso lado somente no dia 08 de março e 25 de novembro. Só nessas duas datas que se lembra da problemática da mulher? Basta! Chega! Nós precisamos de ação. Eu acredito em ação contínua do Governo.

Só para finalizar, quero conclamar, pedir aos homens, que estão aqui conosco, aos Deputados, aqui o Coordenador tem um, que eles entrem conosco, participem conosco, porque somente quando juntos estivermos lá com a mesma bandeira, que é a igualdade de tratamento, equidade, é que juntos conseguiremos.

Essa Campanha Laço Branco é importantíssima, de pessoas que tenham destaque, bem como a do povo, participem. Sozinhas, não podemos conseguir; juntos, o espaço é maior, mas o espaço será conquistado.

É isso, obrigada.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Só justificando, o Deputado Humberto Bosaipo pediu para se retirar, porque ele participará de uma audiência agora sobre a questão do turismo no INTERLEGIS.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER,
REALIZADA NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

Convido para usar da palavra a Dr^a Sílvia Virgínia Ferrari, Delegada da Defesa da Mulher, que vive o problema na pele.

A SR^a SÍLVIA VIRGÍNIA FERRARI - Em primeiro lugar, quero agradecer os Srs. Deputados Estaduais, em especial à Deputada Verinha Araújo, por esta oportunidade que estamos tendo aqui de discutir a violência contra a mulher.

Saúdo as nossas parceiras de rede e de luta, a Dr^a Carla Patrícia, e as delegadas aqui presentes, Dr^a Íris, Dr^a Joisilete e Dr^a Miedir.

A violência contra a mulher, em pleno século XXI...

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Só um minuto, Dr^a Sílvia.

Quero só corrigir aqui. Na pele, não. Quer dizer, na pele, porque recebe as denúncias (RISOS).

A SR^a SÍLVIA VIRGÍNIA FERRARI - A violência contra a mulher, em pleno século XXI, continua sendo perpetrada contra as mulheres por pessoas muito próximas, seus pais, maridos, companheiros, namorados, ex-maridos, ex-companheiros.

Infelizmente, ainda existe a lei do mais forte, pois a mulher sendo fisiologicamente mais frágil é agredida fisicamente sem o menor pudor.

Culturalmente falando, acostumou-se a se ver a mulher obedecendo e se ela não fizer isso, não for uma mulher obediente, precisa ser castigada.

Eu entendo que nós temos que educar, gradativamente os cidadãos, seja homens ou mulheres, para que se respeitem. E esse respeito, entendo de deva começar no seio da família. Deve-se prover os filhos de educação e não só de bens materiais.

Como se educar filhos num contexto de violência? Como esperar que acabe a violência, se esses filhos a presenciam diariamente. Para eles, a violência faz parte da vida e vão, mais tarde, reproduzir em suas próprias famílias.

Como esperar que uma criança abusada sexualmente possa ter sua vida normal, após ter contra ela praticado esse crime absurdo?

Como esperar que uma mulher agredida física, moral e psicologicamente não tenha seqüelas?

Eu estava lendo um livro do Augusto Cury, "Pais brilhantes, professores fascinantes", ele é um psiquiatra, cientista e autor de livros, e ele faz uma citação que eu achei interessante: "Se metade dos orçamentos dos gastos militares no mundo fossem investidos na educação, os generais se tornariam jardineiros; os policiais poetas, poetas; os psiquiatras músicos; a violência, o medo, a fome, o terrorismo e os problemas emocionais estariam nas páginas dos dicionários e não nas páginas da vida."

As manchas roxas, os cortes, os arranhões, os frutos de agressões físicas somem com o tempo, mas para quem sofre esse tipo de agressões, as marcas ficam. E as marcas da alma da mulher, que sofre violência doméstica, permanecem por anos. E não só delas, mas das pessoas que a presenciam, principalmente seus filhos.

Estive visitando o *site* do Laço Branco e comentam sobre doenças da violência.

Cada tipo de agressão está associada a algumas enfermidades e distúrbios que aparecem somente muito mais tarde.

Por exemplo, o abuso sexual: infertilidade, experiências sexuais precoces, sexo sem proteção, aborto, comportamento de alto risco, abuso de substâncias químicas e tentativas de suicídio.

Estupros: outras gestações indesejáveis, aborto, doenças inflamatórias da região pélvica, infertilidade, doenças sexualmente transmissíveis, falta de preparo físico, dores crônicas, desordem gastrointestinal, dores de cabeça e tentativas de suicídio.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER,
REALIZADA NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

Apanhar em casa: desnutrição, abuso de substâncias químicas, obesidade, depressão, trauma, incapacidade física, dores crônicas.

Sexo sem proteção: doenças inflamatórias da região pélvica, complicações na gravidez, aborto, partos prematuros, tentativas de suicídio.

Necessário se faz que a gente se liberte dessa cultura enraizada de violência, de acomodação, desrespeito, de omissão. Acomodação, porque é muito mais fácil não nos rebelarmos contra conceitos preconcebidos e passados de pai para filho. Por exemplo, a mulher tem que obedecer aos desejos dos homens. Desrespeitos, porque não se tenta chegar a um consenso do que é melhor para todos. Em geral é impendido à mulher aquilo que o homem quer.

Omissão, porque ninguém quer se meter na vida do outro, porque é mais fácil, não tem nada a ver com isso, fica mal depois - o intrometido -, porque os envolvidos resolvem sua questão, fazem as pazes. Enquanto isso as coisas chegam ao nível do insuportável. Vemos mulheres sendo agredidas física, moral, sexual, patrimonial e psicologicamente sem que ninguém perca seu tempo em tentar mostrar que isso não é normal e não é humano, sem que saibam os seus direitos.

Acho que devemos exigir respeito. Só isso. Nós somos todos seres humanos. A única coisa que a mulher exige é respeito. Essa idéia absurda de que o ser humano homem é melhor do que ser humano mulher precisa ser abolida. Ninguém é melhor do que ninguém, o sexo tem que existir, na própria natureza existe o macho e a fêmea, que é o equilíbrio, a forma que existe para perpetuação da espécie.

A violência contra a mulher não está crescendo, ela está aparecendo, tornando-se visível, pois aos poucos as pessoas estão tendo coragem de denunciar. É preciso mais, nós queremos mais, queremos que ela seja respeitada como ser humano e como cidadã. Sabemos que o trabalho de conscientização é árduo, muito difícil e eu cito a Madre Tereza de Calcutá, quando ela fala: “Sei que o meu trabalho é uma gota no oceano, mas sem ele o oceano seria menor.”

Na Delegacia de Defesa da Mulher, este ano, foram registradas mil novecentos e onze ocorrências. Foram remetidas ao Juizado Especial Criminal, mil trezentos e cinqüenta e um termos circuncistanciados, foram instaurados noventa e quatro inquéritos policiais, dentre os quais oitenta e quatro são de crimes contra os costumes, abuso sexual, estupro, sedução, rapto.

Eu acho que nós não podemos desfrutar de transformar essa situação, porque sei que o meu trabalho é uma gota no oceano, mas sem ele, ele seria menor. (PALMAS).

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Eu quero só lembrar que tem uma matéria que saiu no final de semana, em alguns jornais, sobre as mulheres presas, as presidiárias, que também sofrem violência no presídio. Então, nós temos que ter um olhar para isso, também, e acho que é um alerta e temos um compromisso.

Aqui eu sei que tem vários órgãos governamentais, assistentes sociais, psicólogas, para olhar. E acho que a coisa que mais nos deprime é ver aquela cena do presídio, aquelas mulheres com seus filhos, presos também. Então, isso tem que refletir para nós como uma reflexão da nossa intervenção.

Com a palavra, a Dr^a Valéria da Corte Rossi, Médica Legista do IML.

Depois vão falar o Dr. Antônio Augusto, o Dr. Sebastião Medeiros, para passarmos a palavra aos inscritos.

A SR^a VALÉRIA DA CORTE ROSSI - Boa-tarde a todos!

Meus cumprimentos à Mesa, à plenária. Procurarei ser o mais breve possível.

Eu gostaria de citar que estou representando o IML. Até uma tarefa meio ingrata, porque o IML é visto como algo um tanto, talvez, macabro. Nós até costumamos brincar que quando atendemos ao telefone e falamos que é do IML, se a pessoa se enganou, ela leva um susto.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER,
REALIZADA NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

O que nós queremos passar a vocês, hoje, é que temos no IML um propósito de conseguir concretizar um projeto que é do Núcleo de Atendimento à vítima de violência sexual. Vítima de violência sexual do sexo masculino e feminino, sendo que nós sabemos que a maioria é do sexo feminino. Todas as mulheres que sofrem violência física, fazendo a denúncia, necessariamente, vão passar pelo IML para fazer uma perícia médica, a produção de um laudo, que vai instruir o inquérito policial e o processo.

No nosso caso, nós optamos, já havia até uma escolha nesse sentido, de ter um núcleo de atendimento à vítima de violência sexual, porque a violência sexual é um pouco mais, digamos, grave. Não é uma violência só física. É uma violência moral. É uma violência que atinge a mulher de uma forma, às vezes, até irremediável. E essas mulheres precisavam de um atendimento um pouco diferenciado. Um pouco, eu digo. Muito longe do ideal, mas que, pelo menos, elas pudessem ter um acolhimento melhor, uma privacidade maior, condições até de higiene para poderem ser examinadas e saírem de lá um pouco menos agredidas do que já foram.

Infelizmente, como eu falo, nós estamos muito longe da realidade. O nosso projeto não foi implantado. Foi aprovado, mas a verba ainda não chegou. Nós estamos dividindo o nosso espaço e temos duas grandes dificuldades no IML, de forma geral, não só no Núcleo, mas no IML. A primeira dificuldade é a grande resistência que temos dos próprios profissionais. Não estamos aqui para fazer críticas. Mas nós estamos aqui para fazer, talvez, uma reclamação, alguma coisa assim, buscar algum apoio para encontrarmos solução.

Nós temos profissionais que são fruto e resultado da própria sociedade, do próprio preconceito que já trazem. Assim, como os policiais, que têm esses preconceitos, nós temos os colegas que têm os preconceitos e que têm aquele hábito, vamos dizer, meio antigo, meio ultrapassado, meio mofado - eu costumo usar - e que traz uma grande dificuldade para nós. Esse enfrentamento é difícil. É difícil porque mudar hábitos não é fácil, são pessoas que estão lá há muito tempo e se consideram seguras nas suas posições. Então, a luta é grande.

Para as amigas, os companheiros e companheiras terem idéia, eu sou a única mulher Médica Legista no IML de Cuiabá. Em Mato Grosso, nós somos em três médicas legistas e mais uma que faz patologia, ela não faz medicina legal, ela não atende essas pessoas. Então, eu sozinha como mulher e um monte de homem, lá dentro, sem querer entrar aqui no preconceito contra os homens, mas vocês podem ter idéia da dificuldade que temos.

Outra dificuldade que nós temos é a questão de recurso mesmo, recursos financeiros. Nós temos um IML que foi um local, digamos assim, quase que abandonado por muitos anos. Para exemplificar isso, tínhamos vazamento no telhado inteiro, o IML não tem laje, é forro de plástico e precisava trocar o telhado. O nosso Coordenador é uma pessoa séria, que tem procurado fazer um trabalho diferenciado dos anteriores, sem criticá-los, e, felizmente, começou a trocar esse telhado há quinze dias atrás quando começou a chover. Então, os senhores têm uma idéia da dificuldade, você trocar um telhado inteiro, de um órgão que não pode parar de trabalhar, num local de insalubridade, um local contaminado, onde as pessoas vão, que precisam ser atendidas e chovendo em cima. Então, isso é para ter idéia da falta de condições que trabalhamos lá.

Uma coisa até chata de citar, Deputada Verinha Araújo, mas salários de funcionários bastante defasados. Então, você tem funcionário que trabalha, por exemplo: auxiliar de necropsia, que é um serviço ingrato, que é um indivíduo que vai buscar o cadáver, que coloca na urna, que coloca lá na mesa, que abre, às vezes, cadáver de alguns dias, com o salário bastante defasado.

Eu acho que isso é importante, também, porque o funcionário tem que estar pelo menos em condições de motivação para fazer o seu trabalho. Em contrapartida, você tem funcionários de muitos anos aí que, pelas leis criadas anteriormente, foram favorecidos e tem

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER,
REALIZADA NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

salários bastante razoáveis, digamos assim, e talvez não trabalhem a mesma quantidade de hora ou não passam pelo sacrifício que os outros passam. Então, são essas duas dificuldades: as condições técnicas, falta de recursos para manter aquele IML dentro do mínimo de condições de atendimento às pessoas e dentro do mínimo de condições de salubridade para o funcionário, e a questão da resistência. Mas isso é um pouco demorado. Nós devagarzinho vamos renovando o quadro e conseguindo melhorar isso.

Para não me alongar, o que eu mais queria dizer era isso.

Só mais uma coisa. Nós fizemos, até agosto, duzentas e duas perícias de crimes sexuais. Esse número não é um número que condiz com a realidade, porque nós sabemos que dos números nacionais, apenas 5% fazem denúncias. Dos 5% que fazem denúncias, não são todas que vão se submeter ao exame justamente por falta de condições e pelo constrangimento. Então, esse número também me assusta no sentido de que as autoridades pedem isso e dizem: “mas só duzentas? Não tem razão estarmos investindo num órgão que faz duzentas perícias por ano. Não precisa”.

É como eu estava explicando para a Dr^a Carla: há somente dois mil casos. De repente, para uma autoridade que está num nível um pouco mais alto, dois mil casos não são nada: “nós tivemos dois mil casos de mulheres agredidas, mas tivemos ‘não sei quantos’ casos de homicídio - que é mais importante.” Mas nós nos esquecemos que esse número não condiz com a realidade justamente porque a mulher não tem onde ir. Então, ela não faz a denúncia, não se notifica e a coisa continua num círculo infundável.

Enfim, resumindo, era o que poderíamos falar, hoje. Muito obrigada (PALMAS).

A SR. PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Vou deixar o Dr. Guto para falar por último e vou passar a palavra para o Dr. Sebastião Medeiros, porque muito do que a Dr^a Valéria colocou, talvez, o Dr. Guto nos responda, principalmente sobre a última portaria do Ministério da Saúde, sobre notificações.

O SR. SEBASTIÃO MEDEIROS - Boa-tarde.

Eu queria agradecer o convite. Fui convidado pela Secretaria Estadual de Saúde, porque eu presido uma sociedade de médicos de mulheres, e o assunto era mulher.

Eu estava ouvindo todo mundo falar e estava pensando: que duas Veras valentes nós temos.

Porém, elas têm que ser mais valentes ainda e vocês também. Esta é a primeira vez que entro nesta Casa, porque eu realmente sou técnico e não sou político, mas vejo apenas três Deputados e uma vereadora - e fico pensando que é por isso que eu não devo vir aqui, mesmo - discutindo um assunto dessa relevância.

Então, elas têm que ser mais fortes do que são. Acho que é por aí... A luta ainda é pequena!

Eu conheço a professora Vera há muito tempo, na batalha, a Deputada Verinha Araújo na batalha, e as coisas não acontecem muito. Eu acho que a luta dela vai demorar, a luta de todos nós neste sentido vai demorar.

Agora não precisamos ficar como estamos. Eu já tenho alguns atendimentos no hospital, e vou falar agora como técnico.

Ninguém sofre mais do que um técnico quando ele vê uma gestante de quatro meses dizendo que foi vítima de um estupro e você, médico, ter que interromper. Um absurdo! É uma situação difícil e angustiante. Eu acho que, na verdade, antes de fazermos a coisa, primeiro, bem prática, deveríamos estabelecer um fluxograma razoável para todos. Ou seja, onde acontece a violência? Dali que tem que ser o seu ponto de partida, de apoio para o indivíduo, para o cidadão, para a cidadã ferida. Ele tem que ter abertura com quem vai fazer o primeiro contato. É a polícia? Então, temos que trabalhar o policial.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER,
REALIZADA NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

Fico no hospital esperando; passa pela delegada; faz o Boletim de Ocorrência; vai para o IML; vem para o médico... Eu posso fazer pouca coisa. Não é? Posso o quê? Minimizar o sofrimento físico - assim eu acho -, prevenir doenças sexualmente transmissíveis; evitar uma gravidez indesejável com anticoncepção de emergência e, eventualmente depois, eu posso interromper essa gravidez, enquanto técnico, mas eu não posso minimizar o sofrimento por toda a vida daquele indivíduo. Esse é que é o problema maior. E eu sei disso!

No nosso serviço tem uma psicóloga. Não é possível, gente! Acontece domingo à noite, sábado à noite, final de semana, segunda-feira, terça-feira, quarta-feira... Imagina o serviço, que se diz serviço, para atender a mulher, com um psicólogo disponível? E não temos enfermeira disponível todo o dia. Isso deve acontecer...

Acho que o tratamento psicológico deles tem que ser valente, extenso e tem que ter alguém disponível todos os dias em todos os horários. E isso é o Estado que tem de criar, cobrar corpo, materializar o que a gente quer. E devagarzinho continua... A briga é mais difícil, porque tem que sensibilizar todos que estão nascendo daqui para frente a pensar diferente, porque trabalhar quem já está torto é muito mais difícil. Muito obrigado pelo convite (PALMAS).

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Estou tão feliz com a presença do Dr. Sebastião, porque ele foi o meu médico, obstetra da minha filha, da Ludmila, que vai fazer dezoito anos. Fico muito feliz de reencontrá-lo aqui neste papel cidadão seu, Sebastião.

Com a palavra, o Dr. Antônio Augusto.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE CARVALHO - Boa-tarde a todas e a todos!

Quero agradecer a Deputada Verinha Araújo por este chamamento; agradecer a presença também do Deputado Ságua; cumprimentar a todos da mesa e todos os presentes.

Para nós, Deputada, eu acho até que é um motivo de tristeza estar aqui hoje. Para mim é um motivo triste. Nós deveríamos estar fazendo outras coisas, nós deveríamos estar com nossos filhos, com nossos entes queridos, programando nossas férias. Não deveríamos estar aqui debatendo violência contra a mulher. Acho que este é o primeiro ponto de vista. Infelizmente, nós estamos em pleno século XXI, debatendo sobre a violência contra a mulher. Isso é um absurdo!

Mas, eu quero colocar aqui à disposição a Secretaria Estadual de Saúde, a equipe comandada pelo nosso companheiro Dr. Marcos Henrique Machado, que não mede esforços no sentido de colocar toda infra-estrutura da Secretaria Estadual de Saúde à disposição das mulheres e da população como um todo.

Nós começamos há algum tempo atrás a incentivar esses programas de atendimento às vítimas de violência sexual, através da área técnica de saúde da mulher que nós dispomos na Superintendência de Atenção Integral. O Estado começou timidamente com essa ação. Acho que nós temos, como disse o Dr. Medeiros, que aumentar isso. Infelizmente, temos que aumentar. E o Estado tem que estar presente nisso, através de novos núcleos: seja através dos nossos hospitais regionais - os hospitais regionais que temos em Rondonópolis, Cáceres, Sorriso e em Colíder; vamos ter agora, também, em Água Boa, brevemente em Juína e, assim, em todos os núcleos de nosso Estado, com toda a equipe de saúde de nosso Estado -, seja através dos postos de saúde, das policlínicas, dos agentes comunitários de saúde, dos PSFs, enfim, de toda essa estrutura. Nós não podemos sair fora da violência contra a mulher.

Mas eu queria destacar uma Portaria que foi editada pelo Ministro Humberto Costa, agora no dia 09 de novembro, corrente: nós temos na medicina que é de notificação compulsória. Nós temos a DST, AIDS. Nós temos sarampo, coqueluche, varíola, tuberculose. E, antigamente, não se tinha a violência contra mulher. Em boa hora, o Ministro verificou essa situação em que se encontra o nosso País, essa situação que não pode perdurar. Nós temos que acabar com essa violência. E colocou a Portaria nº 2.406, do dia 05 de novembro de 2004, neste ano, que

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER,
REALIZADA NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

instituiu o serviço de notificação compulsória da violência contra a mulher, aprovando o fluxo dessa notificação. Obviamente, que esse fluxo da notificação se fará através do serviço de epidemiologia, das Secretarias Municipais, que vão notificar nosso sistema estadual. E o sistema estadual vai notificar o Ministério da Saúde. Isso vai acabar com a violência? Não. Mas nós vamos ter números reais. Nós vamos ter números visíveis. Como há pouco foi colocado, Mato Grosso é o terceiro Estado mais violento do País contra as mulheres. Todos nós que estamos aqui ficamos sempre na dúvida. Será que isso é verdade? Será que não somos o primeiro ou podemos ser o último? Será que os outros não estão subnotificando? É uma indagação que colocamos com relação a isso tudo.

Então, obviamente, tudo isso tem um critério. Eu sei qual foi o critério. Foi de pessoas que morreram devido à violência, faixas etárias, principalmente as pessoas em períodos férteis. Mas nós temos que colocar isso em pratos limpos.

E o Ministro coloca muito bem isso, Deputada Verinha Araújo, que hoje nós vamos ter essa notificação em todo o País. Então, nós vamos ter hoje, realmente, a real situação de como vai a violência contra a mulher em todo o País.

Eu quero, mais uma vez, agradecer a Deputada pelo apoio, pela organização, pela realização deste evento. Quero colocar a Secretaria Estadual de Saúde à disposição. Eu acho que nós temos muito para evoluir com relação às mulheres. E, obviamente, nós temos na Secretaria pessoal competente, principalmente na área técnica de saúde da mulher à disposição da mulher.

E, como sempre eu digo, não é que a violência seja em todos os lugares. Lá em casa, por exemplo, como em todo o lugar, eu acho que sou sempre o último a falar. A minha idéia prevalece, doutora. Eu sempre digo lá em casa... Está de acordo a minha patroa lá, eu sempre estou de acordo com a minha mulher lá. Sim, senhora, é a minha última palavra lá. Eu acho que com o Medeiros é a mesma coisa. Eu acho que a última palavra é sua também, sim, senhora. É com todo mundo, com todo homem sério, com todos os homens sérios e inteligentes.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Na próxima audiência, eu vou convidar a sua companheira para vir aqui.

Agora, vai usar a palavra o Deputado Ságuas, logo em seguida a Júlia e, depois, a Dona Conceição. Se alguém ainda quiser se inscrever para falar, porque são 16:10, eu sei que nós temos horário, mas agora vamos abrir para o plenário.

Com a palavra, o Deputado Ságuas, que também foi ex-aluno do Dr. Sebastião Medeiros.

O SR. SÁGUAS - Do Guto. Aqui estou à vontade. A Deputada Verinha Araújo foi professora na época também.

Gostaria de saudar a Mesa na pessoa da Deputada Verinha Araújo. Não vou saudar toda a Mesa devido ao adiantado da hora.

Eu nem ia falar aqui, mas como realizamos uma audiência pública, no dia 08 de março, e todos que estão na Mesa, praticamente, participaram daquela audiência e muitas das pessoas estão aqui na platéia... Naquela audiência, nós levantamos vinte e quatro pontos de propostas e encaminhamentos. Nós encaminhamos um relatório para o Governo do Estado e aqui para a Assembléia e percebemos que tem avançado um pouco a luta das mulheres aqui de Mato Grosso, principalmente quando se tem pessoas como a professora Vera Bertolini, as nossas Delegadas, o NUEPOM, que é o Núcleo de Estudos, e vários movimentos no Estado de Mato Grosso, e as pessoas têm trabalhado com seriedade.

Mas eu lembro que a primeira proposta colocada aqui no nosso relatório era a criação da secretaria da mulher ou órgão similar para tratar da política de valorização da mulher em nosso Estado, considerando as suas especificidades, ou seja...

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER,
REALIZADA NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

Gostaria de dizer que a professora Vera Berolini nos solicitou e solicitou para a Senadora para que marcássemos essa audiência com o Governo do Estado para tratar a questão de se criar uma secretaria da mulher ou um órgão similar, porque se não tivermos uma instância governamental para tratar a questão da mulher como política pública, com certeza vamos ter os movimentos trabalhando, lutando, mas com muitas dificuldades. E, a partir do momento que tivermos políticas públicas com um órgão, uma secretaria ou um órgão trabalhando nessa questão teremos como convergir todas as reivindicações, os movimentos e vamos ter um órgão definido, claro. Assim como o Governo Nacional criou a Secretaria Nacional de Mulheres, teremos um órgão que possa tratar dessa questão da mulher ali no IML, que vai trabalhar diretamente com essas questões da mulher, lá no Hospital Júlio Müller, como o Sr. Sebastião Medeiros colocou, como a psicóloga colocou, nós teremos como ter um órgão centralizador das nossas reivindicações, onde teremos orçamento para que possamos trabalhar e melhorar a Delegacia da Mulher, criar novas delegacias, à medida que isso for compreendido como necessário.

Nós sabemos que a violência contra a mulher provoca feridas. Feridas cicatrizam, nós sabemos que cicatrizam, mas não acabam, só com cirurgia plástica, e cicatriz na cabeça, cicatriz psicológica, com certeza, fica marcada para o resto da vida. Então temos que amenizar cada vez mais. Obviamente que temos que criar mecanismos, através das delegacias, para que essas denúncias possam acontecer com mais frequência e para que as medidas de coerção e de prevenção de violência contra a mulher possam existir cada vez mais.

E também, para encerrar, quero dizer que a partir do momento que tivermos um órgão responsável para tratar da questão da política da mulher, vamos ter mais campanhas de divulgação, mais campanhas de conscientização, e essas campanhas de conscientização servem para reprimir ou inibir que as pessoas pratiquem violência contra a mulher. Então, é dessa maneira que entendo que iremos avançar ainda mais nessa política da questão das mulheres.

E aí, professora Vera Bertolini, o Governador tinha uma agenda, não foi possível marcar, mas com certeza iremos conseguir, na próxima semana ou na outra, uma audiência e cobrar, de uma forma mais firme dele, para que possa definitivamente criar uma secretaria ou um órgão similar para que possamos tratar da questão das políticas das mulheres em Mato Grosso. Muito obrigado (PALMAS)

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Muito obrigado, Deputado.

Convido para fazer uso da palavra a Srª Júlia Aparecida, recepcionista do Posto de Saúde Dr. Fábio.

A SRª JÚLIA APARECIDA LEITE - Primeiramente, boa-tarde a todos que estão presentes, os da Mesa, os presentes.

Eu sou uma pessoa muito simples, trabalhando neste momento na área da saúde. Estou gostando muito de estar trabalhando e gostaria muito que as autoridades levassem mais um pouco de conscientização nos bairros carentes. São muito afetados. Não tem o mínimo de respeito da maioria das pessoas quando vão lá, desprezam muito, principalmente quanto às mulheres, na parte do racismo. Quanto mais escurinha, mais difícil fica.

Temos muita violência contra jovens, cada dia mais aumentando e não temos para quem gritar socorro. Então, pedimos a vocês, que são autoridades, para que olhem mais não só para o Bairro Dr. Fábio como para todos os outros bairros da região que estão também à mercê. E que os governantes olhem um pouco mais para nós, principalmente pelas mulheres, que estão engravidando muito cedo e sem ter a quem recorrer, e quando chegam a ser estupradas, como ele disse, não têm como correr, para quem? E ficam ali, perdidas. E quando consegue alguma solução, já é tarde, porque não conseguem pegar o acusado ou o agressor que fez alguma coisa.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER,
REALIZADA NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

Em relação aos esposos que andam muito agressivos com as mulheres, quando a polícia pega, logo em seguida solta e fala que não tem nada a fazer. E depois de três a quatro dias, a mulher é encontrada morta. É uma situação muito difícil para nós mulheres. Muito obrigada. (PALMAS).

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Júlia, essa campanha que está sendo deflagrada, da Não-violência à Mulher, tem várias mensagens. E uma delas, justamente, é dirigida à mulher negra, que é quem sofre a violência duplamente.

Então, são os esportes... Eu precisava saber do Conselho Estadual, depois o Conselho talvez possa colocar, como que essas mensagens vão ser veiculadas aqui no Estado de Mato Grosso, através de quem? Se da SECOM... Quer dizer, quem que assumiu essa campanha no Mato Grosso?

Recebi o *cd* da campanha. Tentei colocar as mensagens, aqui, para que pudéssemos ouvir, mas o nosso aparelho de som só tem para fita. Mas eu recebi um *cd*, emprestei lá dos companheiros do MST, porque no meu gabinete não veio o *cd*, vieram somente os cartazes. Então, eu gostaria, depois, que o Conselho, alguém se colocasse, dessa campanha, quem vai veicular, aqui, quem vai assumir essa campanha no Estado de Mato Grosso, porque ela tem essas mensagens justamente nessa sua fala, aqui, que você colocou.

Convido agora a Conceição, que é assessora da Senadora Serys Slhessarenko, para usar a palavra, depois não tem mais ninguém inscrito. Se alguém quiser se inscrever, ainda, peço à Mara que recolha as inscrições das pessoas.

A SR^a CONCEIÇÃO OLIVEIRA SOBRINHO - Boa-tarde a todos e a todas!

Em nome da Deputada Verinha Araújo, eu quero cumprimentar a Mesa.

Quero dizer a todos os presentes que a minha finalidade é trazer um grande abraço da Senadora Serys, dizer que ela também está inserida nesta luta, lá em Brasília, é a Presidente da Secretaria do Ano Nacional da Mulher, que ela tem travado uma luta muito grande para estar viabilizando as políticas públicas e estar ajudando nessa questão das mulheres, e há de se fazer muita coisa ainda pela mulher através das políticas públicas.

Nós ficamos muito contentes de ver que tem várias entidades, várias pessoas, vários bairros já inseridos nessa luta. Então, ficamos muito contentes de ver isso e saber que temos lá em Brasília uma Senadora que está lutando, também. Aqui em Cuiabá nós temos vários Deputados, só temos uma Deputada aqui em Mato Grosso, que é uma das coisas que eu prestei muita atenção na fala da Vereadora Enelinda, quando disse que caiu muito o número de Parlamentares mulheres, não só aqui em Mato Grosso, mas em nível de Brasil. Isso é motivo de muita tristeza para nós, porque nós mulheres temos que nos conscientizar de que temos que estar unidas na hora de votar, na hora de cobrar. E, para que tenhamos vitórias nas nossas lutas, temos que ter representantes no Senado, na própria Presidência da República, precisamos e temos condições de chegar lá. As mulheres têm condições de chegar lá, depende de se unirem e de fazer uma conscientização. Para realizar esse nosso trabalho, essa nossa luta, nós precisamos ter, realmente, representantes como a Senadora Serys e a Deputada Verinha Araújo.

Eu gostaria também de perguntar...

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO - FALA FORA DO MICROFONE) - Conceição.

A SR^a CONCEIÇÃO OLIVEIRA SOBRINHO - E Conceição também, com certeza.

Eu sou da Secretaria de Mulheres do PT, travamos uma luta muito grande em Mato Grosso nos bairros. Tentamos levar conscientização para as mulheres, dos seus direitos e dos seus deveres, também. As mulheres são até conscientes dos seus deveres, elas não têm muito espaço

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER,
REALIZADA NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

para poderem buscar os seus direitos; ela é um pouco reprimida. Nós precisamos fazer uma campanha para que ela se solte mais e corra mais atrás daquilo que é direito.

E gostaria de fazer uma pergunta para a Tânia, porque ela disse que já tem um plano de ação para o Conselho, portanto, gostaria muito de perguntar se dentro desse plano vocês estão colocando algumas ações com relação à conscientização da mulher! Eu gostaria de poder dar uma sugestão. Se possível, que se faça um trabalho nos bairros com as mulheres mais carentes, com aquelas mulheres que realmente precisam de um pouco mais de atenção. Porque aquilo que a Júlia disse é verdade, a maior repreensão está nos bairros, principalmente com as mulheres mais carentes. Muito obrigada (PALMAS).

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Com a palavra, a Sr^a Marley Carvalho.

Solicito ao Deputado Ságua assumir a direção dos trabalhos para que eu possa me retirar só um minuto.

(O SR. DEPUTADO SÁGUAS ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 16:18 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Com a palavra, a Sr^a Marley Carvalho.

A SR^a MARLEY CARVALHO - Boa-tarde a todos e a todas!

Eu sou a Marley. Sou da área Técnica de Saúde da Mulher.

Eu gostaria de colocar a questão da violência como uma questão de saúde, que tem sido remetida à saúde há pouco tempo. Ainda hoje, pelo menos o que nós estamos constatando aqui em Mato Grosso, ainda há pouca visibilidade, há pouco reconhecimento na atenção básica, por exemplo, àquelas mulheres que vão poliqueixosas de estar reconhecendo o seu problema como uma situação de violência.

Eu quero aqui colocar uma pesquisa, um estudo que teve em São Paulo, onde fala que, de 57% das mulheres atendidas, que relataram algum episódio de violência física na vida, apenas 10% desses casos foram registrados no prontuário. Então, de alguma forma os profissionais reconhecem essa situação da mulher, só que não registram. E, de alguma forma, eles viabilizam alguma solução, através de tranquilizantes e analgésicos.

Em continuidade a esse estudo, qual a conclusão que eles tiraram, em entrevista com alguns profissionais médicos? Que é uma caixa de pandora. Alguém já ouviu falar do mito da caixa de pandora? Se você abrir, vem tudo que há de ruim, de doença, de mal, de males do mundo. E ninguém quer mexer, abrir essa caixa.

Então, é importante que nós... Na fala da Júlia, eu acho que ela é nossa convidada... Nós estivemos, nesta semana, nossa equipe, visitando os PSFs para fazer essa mobilização e essa conscientização da nossa campanha. E nós, ali, além dessa sensibilização, constatamos que há muitos casos de violência não só entre a comunidade, mas dentro das agentes comunitárias profissionais, que também estão sendo vítimas de violência.

Então, nós temos que dar atenção aos nossos profissionais também, para que eles possam se sentir fortalecidos para acolher essa mulher, para que eles possam abrir um espaço de escuta ativa e de futuro encaminhamento de solução para essa mulher. Geralmente, a mulher fala: mas o que a gente faz?

A mulher está constantemente passando por ameaças, por violências. Só que ela não quer denunciar, porque tem medo de morrer. Como a Júlia disse, às vezes, denuncia e acaba morrendo. E aí, o que nós fazemos?

“Eu acho que ela gosta de apanhar”. Então, nós estamos sempre orientando: olha, não temos que julgar antes da mulher chegar. Na frente do Juiz ela está sendo julgada por nós profissionais. O nosso papel, como profissionais da saúde, é acolher essa mulher, ouvi-la ativamente, orientá-la e, no caso, encaminhá-la para as profissionais, psicólogas...

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER,
REALIZADA NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

Então, eu digo, Dr. Sebastião, os nossos médicos profissionais... Nós temos uma psicóloga no Hospital Júlio Muller, mas nós queremos disseminar isso, descentralizar... A proposta do nosso Prefeito eleito Wilson Santos era colocar psicólogas no PSFs; que hoje as policlínicas pudessem estar atendendo também, porque lá tem a equipe multiprofissional atendendo essas vítimas, lá tem psicólogas; e, também, que o profissional soubesse que o tempo dessa mulher é único. Ela vai saber o momento de buscar, de fazer essa denúncia, de romper com essa violência.

Então, esse é o meu recado. Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Obrigada, Marley.

Por ultimo a Dr^a Miedir Santana, Coordenadora da Casa de Amparo para as mulheres vítimas de violência.

A SR^a MIEDIR SANTANA - Meu boa-tarde a todas essas mulheres lindas que estão aqui presentes, porque estão interessadas nas políticas que vêm favorecer nós mulheres. Cumprimento a mesa na pessoa da dinâmica Vereadora Verinha Araújo - perdão, desculpe-me - da Deputada, futura Senadora e Presidente da República (PALMAS).

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Na outra encarnação.

A SR^a MIEDIR SANTANA SILVA - Quem sabe?

A grande maioria aqui me conhece, eu sou a Dr^a Miedir Santana, primeira Delegada do Estado de Mato Grosso. Inaugurei a Delegacia de Mulheres, abrindo caminho para essas mulheres lindas, maravilhosas, Delegadas que estão lá, que trabalham com garra e com dinamismo.

Quando eu estava como Delegada eu pensava assim: meu Deus do céu! A única coisa que eu queria, para poder desenvolver meu trabalho, era que se tivesse uma casa de amparo para essas mulheres, para que elas não precisassem retornar às suas casas, depois de registrar uma ocorrência, e apanhar novamente.

E eu tinha que fazer aquilo que eu fazia em 1996: como eu não tinha onde deixar as mulheres, eu deixava os maridos em algum lugar - eu os colocava na cadeia. E corria, a todo instante, o risco de pegar um processo por abuso de autoridade. Essa foi a minha luta, minha angústia a vida toda.

Passado esses anos, estou aposentada e eis que me convidam para assumir a Casa de Amparo para Mulheres Vítimas de Violência. Estou lá!

Em todos os lugares, quando se começa um trabalho, há críticas, assim como eu sofri na Delegacia das Mulheres e como estou sofrendo agora na Casa de Amparo.

Na Casa de Amparo, eu vi um tipo de violência diferente da agressão, do estupro, daquelas que vêm discriminadas no Código. Eu comecei a ver esses outros tipos de violências que talvez as pessoas não estejam vendo, por isso me criticam: a violência do velho; a violência da mãe cuja família quer ver o filho; a violência de quem está passando fome; a violência do louco, do doente, do necessitado... E aí começa-se a abrir um leque muito grande.

Nós, que estamos aqui trabalhando pela sensibilização de uma rede das pessoas envolvidas nesse trabalho, temos que fazer uma reflexão muito grande quando passamos a criticar e querer, de uma hora para outra, mudar um trabalho que se está começando, como era na Delegacia e como está sendo agora.

“Vamos mudar?” Vamos. Mas não fique jogando a culpa em cima da Dr^a Miedir. “A Dr^a Miedir quer fazer tudo. Tem que dividir atribuições.” É o que eu sempre quis na minha vida - dividir atribuições. Mas no momento, com quem? Como? E se não tiver com quem, eu vou fazer. Quero que entendam isso.

Chegam lá e dizem assim: “essa Casa de Amparo não é para mulheres que estão correndo risco de vida?” É! “E como que a Delegada vai me dizer quem está correndo risco de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER,
REALIZADA NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

vida?” A mulher chega com tanto medo, como chegava para mim, e diz assim: “ele vai me matar”. Mas não temos bola de cristal. Ela vai para a Casa de Amparo, porque pode ser que ela volte para casa e realmente morra assassinada. Manda para mim...

Analisando os fatos, vou chegar a conclusão de que não é risco de vida. É risco de vida, porque ela está com medo, com aquele temor, porque ela não descobriu a sua auto-estima, porque ela não descobriu que tem mecanismos para se defender. Eu recebo!

Aí falam lá: a Casa de Amparo não é para mulheres que correm risco de violência? Mas quem é que sabe quem corre esse risco de violência? Ninguém, minhas queridas. Nós só vamos saber mesmo, quando elas estiverem lá e quando os maridos, doentes mentais, e começarem a afundar e a falar que vão matar. E você tem que tirar essas mulheres de lá e mandar para fora, porque senão morrem mesmo.

Tem outras que estão lá, porque estão temerosas, porque não acreditam, porque não sabem o que fazer com aquela situação. Para elas é muito perigoso. E eu recebo! Eu vou ajudar e vou conversar. Vou conversar com o homem, se for necessário; vou conversar com o juiz; vou conversar com o Fórum; vou procurar a Defensoria Pública; vou ficar no pé, como eu fico: “Doutora, cadê o processo? O processo tal, como que está?” Não pode dar informação, porque é sigiloso. E aí precisa entrar na rede, mas não pode, porque é sigiloso.

Eu não vou querer que uma moça, que está correndo risco de vida, que o marido está preso - nem é tanto risco de vida, mas ela pensa que é - saia lá do Bairro Pedra 90, grávida, com um menino pequeno, para ir ao Fórum pegar um número. Ela tem que saber o número do processo, para saber o que está acontecendo. Mas não vai e a impunidade cresce. Então, é preciso que estejam na rede, sim, os Defensores, porque nós vamos entrar mais em contato. Foi ótimo conhecer a senhora.

E também porque eu estou conseguindo com os escrivãos: “meu querido, aqui é a Delegada mais linda do Brasil. Defendo a Casa de Amparo. A mulher é isso, a mulher é aquilo (PALMAS) - perdoem-me as duas delegadas que estão aqui.” Depois, conto a história. E eu consigo fazer com que eles me dêem o número do processo, a Vara em que está esse processo para eu conversar com alguém e para chegar naquela moça e dizer: “está em tal situação”, para acalmá-la e para ela parar de me ligar. E não é me ligar. Eu me coloco na sua agonia, sem condições, sem saber a quem se dirigir.

Eu descobri esses tipos de violência que nós precisamos, sim, mas não dizer que a Dr^a Miedir faz o que não lhe compete, não falar que a Dr^a Miedir está mudando a filosofia de uma casa. Vamos criar mais casas com filosofias, se for o caso, certas, corretas, como a política quer. Mas, pelo amor de Deus, meus queridos, não me critiquem. Sabem por quê? Quando eu vejo chegar lá na Casa de Amparo, uma mulher de oitenta e cinco anos que, às vezes, o Juiz quer mandar para um asilo e ela fala para mim assim: “Doutora, para o asilo, não. Procure alguém da minha família, se não quiserem, me ajude a arrumar uma casa para mim e minha filha, porque a minha filha fica comigo, ela não é muito boa da cabeça, mas eu quero morrer com ela e eu vou fazer alguma coisa”.

Se eu encontrar alguma mulher como batem lá na porta da Casa de Amparo que não está correndo risco de morte, por mais que na loucura dela, ela acha que está e ninguém quer receber, vou mandar para onde? Aqui não pode, aqui não pode, aqui não pode. Eu vou dar um jeito de fazer alguma coisa até que quem for responsável comece a estudar e fazer também. Aqui é um desabafo, é simplesmente uma reflexão que quando se cria alguma coisa nova, está se criando para fazer alguma coisa e que não vivam só criticando, vá se inteirar, vá saber e vamos ajudar, vamos traçar políticas, mas nós não podemos fechar a porta, principalmente, nós que estamos aqui conversando, falando em sensibilização e cuidado com as nossas mulheres. Muito obrigada (PALMAS).

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER,
REALIZADA NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Obrigada.

Não tem mais ninguém inscrito, nós vamos retornar a palavra à Mesa, ver se alguém gostaria de se pronunciar aqui, gostaria de responder.

Com a palavra, a Srª Tânia Regina de Matos.

A SRª TÂNIA REGINA DE MATOS - Eu gostaria só de responder a assessora da Senadora Serys, que o nosso PPA existe, sim, o planejamento para trabalhar nessa questão da violência nos bairros, nas escolas através de palestras e, com certeza, ano que vem estaremos executando essa atividade.

Com relação a Drª Miedir, eu tenho um cartão, quero lhe passar. Quero dizer que a Defensoria Pública, mesmo não estando integrando efetivamente a rede, tem defensores públicos específicos para atender essas mulheres em situação de risco. Os defensores que atuam nas Varas de Família têm uma orientação do Defensor Público-Geral para atender mulheres em situação de risco.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Alguém mais da Mesa gostaria de falar?

Eu vou conceder a palavra a uma pessoa que pediu a inscrição. Já tinha encerrado, mas eu vou lhe conceder a palavra.

Identifique-se, por favor.

O SR. MARCOS GUERREIRO - Boa-tarde a todos e a todas!

Deputada Verinha Araújo, eu estava ali e tocou no meu coração.

Meu nome é Marcos Guerreiro. Nós já nos conhecemos, Deputada.

É muito triste, realmente, estarmos neste debate, mas também é importante. Quando eu vejo a mulher, primeiramente, lembro-me da minha mãe. Eu fui uma pessoa que tive a felicidade muito grande, apesar de a minha mãe participar pouco da minha vida, de muito mais participar da minha vida a minha avó. Eu sou uma pessoa criada por avó. Costuma-se dizer que os homens criados por avó são mais mimados. Por isso eu realmente reconheço que tenho muito carinho, atenção, aos idosos, às mulheres.

É muito triste, como eu tenho esposas, tenho filhas, sabermos que no mundo de hoje, já estamos no novo século, estamos vivendo ainda essas situações. Mas o mais importante, e ficamos felizes por saber, é que está havendo essa união.

Eu fico triste quando vejo que a senhora, doutora, no IML, que sabemos o quanto é importante, porque eu fui por nove anos e seis meses policial dentro do Rio de Janeiro e sei a importância desse órgão... Naquela época principalmente, não tinha Delegacia de Mulher, e nós passávamos por isso. As esposas iam lá com medo, realmente, porque havia isso. São pessoas drogadas, são pessoas loucas, pessoas que hoje não sabemos por que estão fazendo esse tipo de violência, porque afinal de contas são as mães de seus filhos, são suas companheiras.

Mais do que nunca, hoje, eu sou um homem privilegiado, porque sou pastor auxiliar de uma igreja. É importante que vocês saibam que existe o lado espiritual nisso tudo. É importante que vocês, principalmente, que hoje estão participando de algum censo, de algumas ONGs, procurem as igrejas dos bairros que estão muito próximas a vocês e peçam esse tipo de ajuda, porque isso é muito importante, porque não é admissível uma pessoa que jurou fidelidade, na época boa e ruim, daqui a pouco, começar a espancar, acabar o amor, esfriar tudo isso. Mas Deus falava sobre isso. Deus fala na sua palavra no final do tempo, que muitos não acreditam que estamos vivendo, que ontem eu também não acreditava, mas hoje acredito plenamente nisso, que o amor esfriaria entre todos. Isso é o que tem acontecido quando o amor se esfria e essas coisas acontecem.

Então, é um alerta, uma orientação. Procure as igrejas que estão próximas a vocês. Eu tenho certeza de que se vocês juntaram esse lado de psicologia, médicos, todas, a capacidade da

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER,
REALIZADA NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

Delegacia da Mulher, o IML, enfim, os órgãos públicos, sem dúvida alguma, será uma coisa que vai também crescer e acrescentar muito favorável a todos vocês. Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Com a palavra, a professora Vera Bertolini, para encerrar.

A SR^a VERA BERTOLINI - Gostaria só de relembrar a nossa programação, a nossa campanha pelo fim da violência contra a mulher em Mato Grosso, que foi lançada no dia 20. Ela começou com atividades em escolas, em bairros, mais precisamente no entorno de Cuiabá, na Polícia Militar. Hoje, esta audiência. Amanhã, a partir das 07:30 horas, nós estaremos nos concentrando na Av. Mato Grosso, na altura do relógio da Rede Globo, para, então, a partir das 08:00, 08:30 horas, sairmos em passeata até a Praça Alencastro. Na Praça Alencastro nós teremos quatro estandes, que já estarão instalados lá, da Secretaria de Saúde, da Delegacia da Mulher, do Conselho da Mulher, do IML, enfim, e outras instituições e organizações, e também da Secretaria de Cultura que está apoiando a nossa atividade. Vai ter, também, apresentações culturais no período da manhã.

Então, nós conseguimos oitocentas camisetas que serão distribuídas gratuitamente. Nós esperamos que, ao sair daqui, a Secretária do Conselho já esteja com as camisetas aqui para repassar para as pessoas. Caso isso não aconteça agora, nós faremos a distribuição amanhã durante a nossa concentração, e eu espero contar com a presença das mulheres e dos homens adeptos a nossa luta. Muito obrigada.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Algumas questões foram indicativas nesta audiência: a primeira é o documento que estamos recebendo.

Quem não assinou, que é de alguma entidade, peço que depois venha assinar. Nós vamos recolher assinaturas anexas neste documento dos Srs. Deputados, vamos lê-lo em plenário e também vamos solicitar audiência com o Governador, através da Sessão, a partir das 17:00 horas.

Além disso, também foi aqui solicitado que façamos uma campanha no sentido da realização de concurso público para mais Defensores Públicos. Estamos assumindo isso também para levar ao plenário.

Para o IML, mais espaço para esses exames diferenciados. Nós já discutimos isso, não é Dr^a Valéria, no ano passado, aqui, no 08 de março, que inclusive havia uma solicitação do exame no local do atendimento, principalmente dentro do Pronto-socorro, um dos hospitais de maior porte, para que houvesse deslocamento dos serviços do IML até o local onde a pessoa estivesse sendo atendida.

Então, isso, pra mim, já era algo superado, e, pelo relato da senhora, ainda não está acontecendo, mesmo porque no ano passado, numa audiência neste local, isso foi informado de que esse serviço estava sendo implantado.

A própria Secretaria de Saúde de Cuiabá - não sei se tem alguém aqui - e recebi informações do Secretário atual, do Luiz Soares, naquele Seminário lá no Hotel Fazenda, de que esse serviço da notificação já estava sendo instalado no Pronto-Socorro. Não sei se já aconteceu, recebi essa informação de que estava ocorrendo.

Outra questão também colocada como indicativo são mais recursos financeiros para o próprio IML; salários de servidores - e com isso estamos convivendo diariamente aqui na Assembléia Legislativa, com várias categorias, principalmente do setor da Segurança e da Saúde Pública.

E, por último, também, aqui foi solicitado pela Professora Vera Bertolini, uma audiência específica com a Secretária de Trabalho, Emprego e Cidadania. Vamos solicitar, mesmo porque a nossa idéia da coordenadoria Especial de Políticas públicas para a mulher era que fosse anexada a essa Secretaria e esse meu projeto foi vetado.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER,
REALIZADA NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

Ser houver, por parte do Governador, uma sinalização de que isso seja vinculado a seu gabinete, não há nenhum problema. Eu acho que o que precisa é que o Mato Grosso tenha uma Secretaria, como temos a Secretaria Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres, e nós termos a nossa estadual.

Estamos com as resoluções da Conferência Nacional para serem implementadas. É importante esse órgão no Estado, e aqui temos informações de que no Estado vizinho, Mato Grosso do Sul, há doze delegacias de proteção à mulher e aqui temos apenas três. Então, estamos bastante atrasados. É preciso que essa luta vá adiante.

A SR^a TÂNIA REGINA DE MATOS - Licença, Deputada.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Pois não.

A SR^a TÂNIA REGINA DE MATOS - Inclusive, em Mato Grosso do Sul tem a coordenadoria de mulheres, também, de políticas públicas por mulheres.

Só queria fazer uma intervenção a respeito do ofício, do encaminhamento ao Governador em relação ao concurso público da Defensoria Pública, para que fique consignado, vinculado, pelo menos, três ou quatro defensoras públicas, que sejam destinadas para atendimento especializado a mulheres, porque eu já apresentei um projeto de criação de um núcleo especializado de atendimento à mulher, e esse projeto foi indeferido por falta de defensores públicos. Então, eu acho que é interessante vincular já um número “x” de defensoras mulheres para esse atendimento.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Estamos assumindo isso como indicativo para o Plenário da Assembléia Legislativa, com assinaturas de outros Deputados. Eu vou passar a palavra, ainda, à Dr^a Carla, que pediu a palavra.

A SR^a CARLA - Só para reforçar o que a Dr^a Tânia está dizendo.

Não sei em termos de número, isto é, talvez em número de maneira mais objetiva, estatisticamente falando, a Defensoria Pública, eu acho que 80% do trabalho dela é com mulher na questão de investigação de paternidade, pensão alimentícia, partilha de bens. Então, é possível...

A SR^a TÂNIA REGINA DE MATOS - Na Vara de Família, eu diria que 98% dos atendimentos são específicos a mulheres.

A SR^a CARLA - Como que não tem o atendimento especializado?

A SR^a TÂNIA REGINA DE MATOS - Exatamente.

E, na esfera criminal, eu digo também, que as mulheres são bastante atendidas não por terem praticado crimes, mas porque são mães, esposas e filhas, que vão procurar andamento dos processos dos seus maridos, dos seus companheiros, enfim. Então, as mulheres são bastante atendidas pelos nossos serviços, é um número muito maior em relação aos homens.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Saímos com esses indicativos. Por isso, é importante, amanhã, que todas nós participemos, já no alvorecer do dia 25 de novembro, que é uma luta internacional, às 07:30 horas - e os homens, é óbvio, vou esperá-los lá, no relógio da Av. Mato Grosso, que não é mais relógio e não é mais da TV Globo, também, mas naquele símbolo.

Então, todo mundo lá, às 07:30 horas, para fazermos essa campanha e colocar na rua tudo aquilo que nós discutimos aqui. Muito obrigada pela presença de todos e de todas!

Está encerrada a presente audiência pública (PALMAS).

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
- Regina Célia Garcia;
- Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr;

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER,
REALIZADA NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

- Rosivânia Ribeiro de França;
- Tânia Maria Pita Rocha;
- Cristina Maria Costa e Silva;
- Revisão:
 - Ila de Castilho Varjão;
 - Laura Yumi Miyakawa;
 - Nilzalina Couto Marques da Silva.